

O avanço do retrocesso



Urna brasileira em eleição paraguaia. Exportando incertezas!

A frágil e extremamente centralizada democracia brasileira está sob os auspícios de um dos mais exóticos e ditatórios órgãos que um país mais ou menos livre possa ter, a Justiça Eleitoral. A Justiça Eleitoral foi criada¹ pelo decreto 21.706 de 1932 e recriada pelo Decreto-Lei 7.586, de 28 de maio de 1945. A composição da Justiça Eleitoral é marcada pela bizarrice em que se escolhem os membros, tendo membros escolhidos de vários tribunais e membros que nem juízes são.

A organização e os poderes da Justiça Eleitorais são únicos no mundo. Geralmente, a organização de eleições é feita por órgãos do Poder Executivo, como na França e Dinamarca (Ministério do Interior), Estados Unidos (Departamentos de Estado), Alemanha (*Landwahlleiter*). Há também o modelo de órgão independente como a *Electoral Commission* do Reino Unido, a *Australian Electoral Commission* e o *Elections Canada*. No Chile, Argentina e outros países latino-americanos, a burocracia eleitoral está nas mãos do Poder Judiciário. O uso do Poder Judiciário para administrar a burocracia eleitoral não é maioria, sendo usado² por apenas 23% dos países.

Contudo, nenhum dos órgãos citados acima detém o poder que a Justiça Eleitoral brasileira possui. Na Nova Zelândia, por exemplo, o sistema eleitoral é dividido entre o Ministério da Justiça, Comissão Eleitoral, *Chief Electoral Office*, Centro de Inscrição de Eleitores e a Comissão de Representação. Já nos Estados Unidos, o modelo mais usado é um Departamento de Estado regulando as eleições e os poderes locais, como cidades e condados, registrando os eleitores e organizando as eleições.

A característica mais marcante das eleições brasileiras, além do centralismo incomum para um país deste porte, é o sistema eletrônico automatizado eleitoral, representado avidamente pela urna eleitoral.

¹ "Pequena História do TRE-MG." [Conheça o TRE](http://www.tre-mg.gov.br/conheca_tre/historico/historico.htm). Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. 01 Mar. 2006 <http://www.tre-mg.gov.br/conheca_tre/historico/historico.htm>.

² López-Pinto, Rafael. *Electoral Management Bodies as Institutions of Governance*. (New York: United Nations Development Programme, Bureau for Development Policy, 2003).

>>>A História da Urna Eletrônica³

A urna eletrônica foi desenvolvida graças a idéias do desembargador Carlos Prudêncio (que não foi capaz de seguir seu nome) do TRE catarinense. Após a revisão geral do eleitorado brasileiro, a primeira por meio eletrônico, o TRE de Santa Catarina começou a fazer testes em plebiscitos e eleições locais; o teste mais conhecido é o de Brusque. Em 1995, no município de Xaxim, SC, foi realizada a primeira eleição totalmente informatizada do Brasil.

Em 1996, 61.111.922 eleitores utilizaram a urna eletrônica em votações para prefeito e vereadores. E nas eleições municipais de 2000, o Brasil tem a primeira eleição totalmente informatizada.

>>>A fabricante: Diebold

A fabricante das urnas eletrônicas é a empresa Diebold-Procomp, uma subsidiária integral da Diebold, que fora fundada em 1859. A Procomp foi fundada em 1985 por quatro engenheiros e comprada pela Diebold em 1999. Em 2000, a agora Diebold-Procomp ganha as licitações para a fabricação das urnas eletrônicas brasileiras.

A Diebold⁴ entrou no mercado eleitoral no ano de 2002 quando comprou a Global Election Systems no dia 22 de janeiro por USD 24.7 milhões. Existem várias críticas quanto à atuação da Diebold no mercado eleitoral.

Umas das primeiras críticas é que as máquinas eleitorais da Diebold não permitem a existência⁵ de um “rastros” de papel, o que é comum nos terminais de auto-atendimento bancário que a Diebold fabrica. Graças a isso, a Diebold foi desqualificada⁶ em procedimento de compra de máquinas eleitorais pelos condados californianos. Em se tratando de Califórnia, a Diebold teve que indenizar⁷ o Estado da Califórnia em US\$ 2.6 mi devido ao fornecimento de informações falsas sobre máquinas eleitorais.

Outra crítica a ser feita contra a Diebold, é o uso⁸ da legislação de patentes e copyright para impedir que certos documentos sobre o funcionamento vazem. Este é um dos trechos que a Diebold queria censurar:

I need some answers! Our department is being audited by the County. I have been waiting for someone to give me an explanation as to why Precinct 216 gave Al Gore a minus 16022 when it was uploaded. Will someone please explain this so that I have the information to give the auditor instead of standing here "looking dumb". I would appreciate an explanation on why the memory cards start giving check sum messages. We had this happen in several precincts and one of these precincts managed to get her memory card out of election mode and then back in it, continued to read ballots, not realizing that the 300+ ballots she had read earlier were no longer stored in her memory card. Needless to say when we did our hand count this was discovered. Any explantations you all can give me will be greatly appreciated.

*Thanks bunches,
Lana [Hires]*

A Diebold desistiu⁹ de tomar ações legais referentes a tais documentos no dia 3 de dezembro de 2003.

E por fim, temos a preocupação com a segurança contra fraude das urnas eletrônicas da Diebold. Esta foi uma das conclusões¹⁰ sobre as máquinas eleitorais da Diebold:

Among the more glaring security and data-integrity weaknesses is a re-programmable smart-card used by voters which the team says could be modified with ease and allow voters to cast multiple ballots without detection. The cards are meant to be cancelled automatically as soon as a voter casts his ballot, but the system is easy circumvent with card programmer available for about \$100, the researchers say.

³ "Urna Eletrônica." C&T Jovem. 1 Mar. 2006 <http://ctjovem.mct.gov.br/index.php?action=/content/view&cod_objeto=11616>.

⁴ "Diebold Election Systems." Wikipedia. The Free Encyclopedia. 25 Jan 2006, 14:42 UTC. 1 Mar 2006, 19:18 <http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Diebold_Election_Systems&oldid=36645745>.

⁵ Fittrakis, Bob. "Diebold, electronic voting and the vast right-wing conspiracy." The Columbus Free Press (2004). 1 Mar. 2006 <http://www.opednews.com/fitrakis032204_diebold.htm>.

⁶ Zetter, Kim. "California Bans E-Vote Machines." Wired News 02 May 2004. 1 Mar. 2006 <<http://www.wired.com/news/evote/0,2645,63298,00.html>>.

⁷ Dresslar, Tom. "California Announces \$2.6M Diebold Settlement." VerifiedVoting.org. VerifiedVoting.org. 1 Mar. 2006 <<http://www.verifiedvoting.org/article.php?id=5236>>.

⁸ Orlowski, Andrew. "E-voting vendor sued for DMCA takedown." The Register 04 Nov. 2003. 1 Mar. 2006 <http://www.theregister.co.uk/2003/11/04/evoting_vendor_sued_for_dmca/>.

⁹ "EFF: Diebold Withdrawal Letter to OPG from Robert Urosevich, President." EFF. Electronic Frontier Foundation. 1 Mar. 2006 <http://www.eff.org/legal/ISP_liability/OPG_v_Diebold/diebold_wdrawal_letter.php>.

¹⁰ Greene, Thomas C. "Fraud potential found in e-voting systems." The Register 26 July 2003. 1 Mar. 2006 <http://www.theregister.co.uk/2003/07/26/fraud_potential_found_in_evoting/>.

>>>Caso Proconsult

O Caso Proconsult¹¹ foi o primeiro caso de fraude em totalização. A fraude consistia em utilizar um vírus de computador para transferir votos de um candidato para outro, especialmente de Brizola para Moreira Franco. A fraude foi descoberta por meio de uma apuração paralela realizada pelo jornalista Procópio Mineiro e uma equipe de estudantes de jornalismo. O caso foi dado como um erro na programação e Brizola foi declarado vencedor.

>>>Relatório Unicamp DESMENTE Secretário de Informática do TSE¹²

Amílcar Brunazo Filho

Publicado o relatório da avaliação da Unicamp sobre o Sistema Informatizado de Eleições começam as análises para se decodificar o seu verdadeiro significado. Técnicos e jornalistas têm comentado muito sobre a ambigüidade das conclusões do relatório que tem permitido seu desvirtuamento pela propaganda oficial da Justiça Eleitoral.

Mas, apesar deste grave deslize nas suas conclusões, o Relatório Unicamp trás em seu corpo preciosas informações que **demonstram que o Sr. Paulo César Camarão, Secretário de Informática do TSE, conscientemente faltou com a verdade perante o eleitor brasileiro para esconder as fragilidades do sistema eleitoral informatizado desenvolvido sob sua responsabilidade.**

Em agosto de 2000 o PDT havia interposto uma impugnação aos programas de computador do sistema eleitoral apresentados aos partidos pela Secretaria de Informática do TSE denunciando que esta secretaria: 1) mantinha parte dos programas utilizados nas urnas eletrônicas secretos; 2) não permitia aos partidos políticos verificarem se os programas carregados nas urnas-E eram os aprovados; e 3) criava oportunidade para que o código (programa) secreto da ABIN pudesse adulterar resultados eleitorais.

A impugnação e os pedidos do PDT foram rejeitados através da Resolução 20.714 do TSE em processo que foi relatado pelo Min. José Néri da Silveira e que contou com voto unânime dos demais ministros do TSE. Posteriormente, o PDT apresentou mandato de segurança contra esta Resolução 20.714, mas o TSE adiou o seu julgamento por sete meses até que fosse arquivado por perda de objeto sem julgamento do mérito.

Os argumentos nos quais se basearam os ministros do TSE para emitirem seus votos contrários os pleitos do PDT, na Resolução 20.714, foram todos fornecidos pelo Sr. Paulo César Camarão e estão apresentados em relatório que integra tal resolução.

Analizamos a seguir os argumentos oficiais falsos emitidos pelo Sr. Camarão para impedir a impugnação e a verdade revelada pelo relatório Unicamp.

O Sistema Operacional "de mercado"

O PDT havia alegado que, contrariando o artigo 66 da Lei 9.504, a Secretaria de Informática do TSE não apresentara para análise dos partidos políticos os códigos-fontes do programa denominados Sistema Operacional VIRTUOS.

Em seu relatório oficial, o Sr. Camarão alegou que:

"Os programas de computador relativos ao Sistema Operacional (usados nas urnas eletrônicas).. foram disponibilizados ao exame dos representantes partidários somente na forma de código executável, por se tratarem de produtos de mercado".

Esta informação induziu os juízes a rejeitarem o argumento do impugnante baseado no seguinte raciocínio apresentado pelo relator:

"O código fonte do sistema operacional VIRTUOS, QUE É PRODUTO DE MERCADO, ...não poderia, em realidade, ser exibido pela Secretaria de Informática, por que reserva de propriedade da empresa que o desenvolve... os técnicos do Tribunal tomaram conhecimento do "codigo fonte" do sistema operacional VIRTUOS, como explicam as informações, tendo verificado a autenticidade desse sistema, TAL COMO É ADQUIRÍVEL NO MERCADO..."

Mas o Relatório Unicamp DESMENTIU o Sr. Camarão, afirmando que:

"A urna eletrônica utiliza o sistema operacional VirtuOS.... Deve ser observado que o VirtuOS usado recebeu algumas extensões a fim de satisfazer vários requisitos previstos no edital da UE... Não é só nas extensões que o sistema operacional da UE difere de uma versão de mercado.... o sistema operacional empregado na UE é uma variante da versão embedded do mesmo. Esta variante está identificada por um número de versão específico contido dentro do arquivo do sistema."

¹¹ Jakobskind, Mário A., ed. Burla Eletrônica. Rio de Janeiro: Fundação Alberto Pasqualini. p. 28.

¹² Brunazo Filho, Amílcar. "Relatório Unicamp DESMENTE Secretário de Informática do TSE." Votoseguro.org. 04 June 2002. 2 Mar. 2006 <<http://www.brunazo.eng.br/voto-e/textos/unicamp1.htm>>.

A Conferência dos Programas nas Urnas-E

O PDT alegou que a Secretaria de Informática não apresentava uma forma para que os partidos pudessem conferir se os programas carregados nas urnas eletrônicas eram os mesmos apresentados para análise no TSE e solicitou que fosse liberada a chave pública do sistema de assinatura digital adotado, para permitir esta conferência.

Em seu relatório oficial, contido na Resolução 20.714 do TSE, o Sr. Camarão alegou que:

"A eventual disponibilização aos partidos políticos da senha para a verificação da assinatura digital dos programas, para serem conferidos no momento da carga da urna eletrônica, só seria possível se houvesse prévia norma legal de autorização, por se tratar de dispositivo de segurança".

Notem a sutil troca da designação técnica "chave pública" por "senha" neste argumento do Sr. Camarão. **Ficaria evidentemente contraditório se ele alegasse necessário manter PRIVADA a chave PÚBLICA** para conferência de assinatura digital. Da maneira apresentada os ministros do TSE não perceberam a incoerência do texto.

Assim, o relator Néri da Silveira negou o pedido do PDT, repetindo o sofisma do Sr. Camarão:

"A eventual disponibilização aos partidos políticos da senha para a verificação da assinatura digital dos programas, para serem conferidos no momento da carga da urna eletrônica, só seria possível se houvesse prévia norma legal de autorização, por se tratar de dispositivo de segurança".

Mais uma vez, o Relatório Unicamp DESMENTIU o Sr. Camarão, afirmando que:

"... não há mecanismos simples e eficazes que permitam que representantes de algum partido, em qualquer lugar do país, possam confirmar que os programas usados na Urnas-E correspondem fielmente aos mesmos que foram lacrados e guardados no TSE".

*"A segurança e a confiabilidade do sistema de votação eletrônico podem ainda ser aprimoradas pela adoção de procedimentos listados a seguir... A compilação dos programas-fonte e o cálculo dos resumos criptográficos dos programas executáveis devem ocorrer na presença de representantes partidários e representantes de sociedades ou entidades com efetivo conhecimento de sistemas informatizados. Os resumos e os algoritmos empregados na sua determinação **devem ser tornados de conhecimento público, possibilitando a verificação desses programas nas urnas eletrônicas durante o processo de inseminação.**"*

*"... recomendações acima **só terão seus objetivos totalmente atendidos se houver a efetiva fiscalização e acompanhamento por representantes aptos a fazê-lo.**"*

Obs. a posteriori I: Em 2002, uma perícia sobre urnas-E em Camaçari, comprovou que **TODAS as Urnas-E utilizadas nas eleições de 2000 estavam carregadas com programas diferentes dos apresentados aos partidos e lacrados em agosto de 2000 no TSE!**

Obs. a posteriori II: Como previu o prof. Roberto Romano, a sugestão do Relatório da Unicamp, para que se permitisse a "verificação, por representantes partidários, dos resumos criptográficos dos arquivos instalados nas urnas", nunca foi adotada pelo TSE apesar das promessas do Min. Nelson Jobim feitas na Câmara Federal.

O Programa Secreto da ABIN

O PDT havia afirmado que a presença de programa de criptografia secreto feito pelo CEPESC, órgão subornado à ABIN e à Secretaria de Segurança Institucional da Presidência da República, configurava um risco inaceitável pela possibilidade desta interferir no processo de apuração eletrônica de votos. Solicitava mais transparência no processo pela abertura deste código.

Na Resolução 20.714 do TSE, o Sr. Camarão alegou que:

*"O programa de criptografia somente é executado **APÓS** a emissão (impressão) do Boletim de Urna".*

Esta informação também induziu os juízes a rejeitarem o pedido de transparência baseado no seguinte raciocínio apresentado pelo relator:

*"Cabe emprestar relevo, ainda, a circunstância de a utilização do programa de criptografia, diante de sua finalidade, somente ocorrer, quando o **Boletim de Urna já está emitido (impresso)** e é de conhecimento público".*

Pela terceira vez, o Relatório Unicamp DESMENTIU o Sr. Camarão, afirmando que:

*"Pela análise do código-fonte do aplicativo de votação, constatou-se que o processo de ciframento com os algoritmos de criptografia secretos só é usado ao final da eleição, **momentos ANTES de se imprimir o Boletim de Urna. ANTES de ser impresso, o BU em claro e cifrado é gravado ... Em***

seguida o aplicativo envia para a impressora o arquivo com o BU claro e várias cópias do mesmo são impressas."

O revelado pelo Relatório Unicamp foi suficiente para desmascarar a mentira dita pelo Sr. Camarão do TSE. Para corrigir este erro de segurança, no relatório é sugerido que nas próximas eleições a criptografia do BU passasse efetivamente a ser feita após a sua impressão. Mas esta sugestão é inócua por que, de fato, código secreto da ABIN para a verificação da integridade dos sistema era executado por volta das 8 h da manhã do dia da eleição, muito antes da impressão e criptografia do BU às 17 h.

A Grave Conclusão

A conclusão disto tudo é que o **Relatório da Unicamp comprova que o Sr. Paulo César Camarão**, secretário de Informática do TSE, **conscientemente prestou informações falsas aos ministros do TSE** de forma que os induziu a erro de julgamento, levando-os a negar provimento aos pleitos do impugnante, que visavam dar maior confiabilidade ao processo eleitoral, e que agora, o Relatório da Unicamp comprova, que eram mais que justos.

O Sr. Paulo César Camarão, responsável técnico pela apuração dos votos de todos os brasileiros, deu mais uma prova de sua incompetência técnica e administrativa como já dera em 1996, quando foi exonerado deste mesmo cargo que novamente ocupa, pelo então presidente do TSE, o Min. Marco Aurélio Mello. Notícia a este respeito pode ser vista no jornal Zero Hora de 26/08/1996:

"O Secretário de Informática do TSE, Paulo Camarão - hoje ex-secretário. Camarão foi dispensado na última quarta-feira à noite por Marco Aurélio Mello e substituído por Luiz Antonio Reader. A exoneração será publicada hoje no Diário Oficial da Justiça. A sua saída era inevitável. Responsável pela primeira eleição informatizada do país, Camarão não poderia permanecer no cargo por um motivo simples se ele não conseguiu enxergar erros primários num simples levantamento estatístico COMO GARANTIRIA A LISURA DOS RESULTADOS DA ELEIÇÃO?"

Não conheço as circunstâncias que permitiram ao Sr. Camarão retomar, em 1997, ao mesmo cargo público que fora exonerado por incompetência técnica.

>>>BIG BROTHER ELEITORAL¹³

Rodrigo Veleda

Hino do Recadastramento
Rodrigo Veleda

Tá na hora, tá na hora
Tá na hora de gastar
Do erário vou sacar
Para sua privacidade acabar
Dê um peido e vá pra frente
Diga Heil Hitler pro Presidente
Mostre sua raiva e seus dentes
Tome atitudes inteligentes
Ilá-lá-ri-ê que horror
Ilá-lá-ri-ê o que eu vou por
É o show do Velloso que é o quadro
da dor

Cantar com o ritmo de Ilá-lá-ri-ê-ô-ô-
ô da Xuxa

A Justiça Eleitoral começa um dos mais violentos ataques à privacidade do cidadão brasileiro. Se não bastasse a urna microondas e o voto obrigatório, agora teremos o Título Ahnenpasseleitoral. Do útil site sobre o recadastramento cujo link tá no título do post, tiro as melhores citações e logo abaixo, em negrito, a minha opinião independente, pró-liberdade, anti-nazismo, anti-comunismo sobre a citação.

– "Nossa idéia é criar um título de eleitor, nos moldes do cartão magnético utilizado pelos bancos, com retrato, e dados identificadores do eleitor como o número da carteira da identidade, cpf e até o tipo sanguíneo". 24/02/2005 16:58 **Toda a vida me ensinaram que a identidade da pessoa é seu nome e que fotos auxiliam no reconhecimento de pessoas por parte de terceiros. Números são invencionices de burocratas com diarreia mental. Só que Nazicarlos se supera a cada dia e demonstra sua filiação ao partido e ao movimento; logo, logo ele estará exigindo exame de DNAm.**

– Ele informou que as sugestões serão submetidas à apreciação dos ministros do Tribunal e que os partidos acompanharão todas

as fases de atualização do cadastro eleitoral. **E o cidadão que paga para ser subjugado não tem vez mesmo. Eu queria saber o email do Nazicarlos para dizer umas pra ele.**

– Em 1994, como hoje, temos 27 partidos, o que é inusitado" 16/03/2005-12:48 **Nazicarlos quer mesmo um partido único.**

– "É preciso refletir numa maior participação do Estado nesse financiamento, menos na distribuição de verbas e muito mais na concessão de incentivos fiscais ou de ressarcimento fiscal aos particulares que se disponham a financiar campanha eleitoral". 16/03/2005-12:48 **Já estamos indo a passos largos em que o Estado vote por si.**

– [...] "que o que é frustrante não são os sonhos que não realizamos e sim os sonhos que não tivemos a coragem de sonhar. Nós temos essa coragem" [...] 07/04/2005-13:53 **A nostalgia bateu Nazicarlos e seu sonho delirante de um Reich nazista nas Américas.**

¹³ Veleda, Rodrigo. "Big Brother Eleitoral." *Day After Day*. 25 Jul. 2005. 02 Mar. 2006 <<http://brutusbr.blogspot.com/2005/07/big-brother-eleitoral.html>>.

– Então, agora, vamos cuidar dessa meta, a identificação do eleitor, afastando o último reduto da fraude na Justiça Eleitoral e fazendo com que cerca de 30 milhões de brasileiros se transformem efetivamente em cidadãos. 07/04/2005-13:53 **A lógica do Ahnenpass está a todo o vapor. Quem não tem papel não é cidadão e portanto, não tem direito constitucional algum. Ou seja, se tu és uns desses 30 milhões conte com a sorte e com Deus porque com essa lógica qualquer um pode ser violentado e o governo não pode fazer nada. Continuando nessa linha de raciocínio, Austrália, Dinamarca e por aí vai são países sem cidadãos já que eles não se ativeram a idéia de Ahnepasses.**

– "A última tentativa de fraude que precisa ser extirpada pela Justiça Eleitoral diz respeito à identificação do eleitor, que ainda permite, por exemplo, que em alguns municípios se pratique a fraude da substituição e até mesmo da ressurreição de eleitores" 11/04/2005-14:22 **Então tá! Um ser humano cria um sistema à prova de fraudes. Como em outro post eu dissera que era a Rainha da Inglaterra, me dêem licença para ir ao meu castelo de Balmoral.**

– O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Carlos Velloso (foto), informou ontem que o novo título de eleitor que o Tribunal está confeccionando não terá mais o chip que armazenaria todas as informações em função do seu alto custo. 28/04/2005-11:23 **Imaginação não falta. Novas versões do Título Ahnenpasseleitoral: Supositório, Chip Subcutâneo, Tornozeleira Eletrônica und so weiter.**

– "Nós vamos fazer de 30 a 40 milhões de brasileiros carentes mais cidadãos, porque eles terão um documento de identidade" 28/04/2005-11:23 **Traduzindo: pobre não é gente. Nem judeu, nem negros, nem homossexuais, nem aleijados e por aí vai.**

– O presidente do TSE reconhece a dificuldade logística e financeira para atualizar o cadastro de mais de 120 milhões de eleitores [...] **Estejam pronto para um festival de trapalhadas e de erros.**

PROJETO LIBERAL PARA O SISTEMA ELEITORAL

Rodrigo Veleda

1. Competência de legislar sobre eleições deve ser exclusiva dos estados federados, sendo vedada qualquer tipo de legislação federal sobre o assunto, a menos para estabelecer os dias e horários das eleições de cargos federais.
2. Extinção da Justiça Eleitoral, com a criação dos seguintes órgãos, logicamente no âmbito estadual:
 - a. Comissão Eleitoral: Órgão composto por membros independentes escolhidos pelos líderes de partido representados no Poder Legislativo Estadual. Caberá a esta comissão, vinculada ao Poder Legislativo Estadual, a regulamentação das leis eleitorais.
 - b. Agência Estadual de Eleições: Agência independente do Poder Executivo Estadual, com um *Chief Electoral Officer* nomeado pelo governador com a aprovação de 2/3 do Poder Legislativo Estadual. Caberá a esta agência a operacionalização das eleições
 - c. Registro Estadual de Eleitores: Agência independente do Poder Executivo Estadual, com um Registrador Chefe nomeado pelo governador com a aprovação de 2/3 do Poder Legislativo Estadual. Caberá a esta agência a manutenção das listas de eleitores.
 - d. Comissão de Representação: Comissão temporária com membros do Ministério Público, Justiça Estadual, e as agências supracitadas. Caberá as comissões a resolução de disputas relacionadas a eleições em período eleitoral.
3. Extinção do título de eleitor. Cada lista de eleitor deverá ter uma foto digitalizada do eleitor, que deverá ser coletada no momento do registro do eleitor, a cada 10 anos ou quando o eleitor realizar qualquer tipo de transação que altere dados no registro.
4. Abandono das urnas eletrônicas com a utilização de voto em papel que possa ser lido opticamente. O fim das urnas eletrônicas acabaria com os questionamentos sobre a legitimidade dos processos eleitorais em que estas participam. O uso de leitura ótica para contar os votos daria a velocidade necessária e a capacidade de auditoria.